

## RETERRITORIALIZAÇÕES DO CIBERESPAÇO PARA O ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES

Fernanda Couzemenco Ferreira <sup>1</sup>  
Orientadora: Profa. Dra. Daniela Zanetti <sup>2</sup>

### RESUMO

Este texto apresenta discussões realizadas no âmbito da pesquisa de Mestrado “Da casa às redes de apoio: mídias sociais no enfrentamento às violências contra as mulheres”, que tem objetivo de compreender, a partir de um estudo de caso, como se dá a construção de ciberterritórios seguros para as denúncias de violências doméstica e institucional, analisando os discursos acionados em um caso de violência produzida por um Promotor de Justiça contra uma mulher negra da periferia de Vitória/ES. Nesse percurso, mostramos a potência alcançada a partir da união das redes de apoio das mulheres com o jornalismo feminista, na busca pela visibilidade qualificada dos relatos, contribuindo assim com o debate público acerca dessa temática no Brasil e no Espírito Santo, ambos, territórios onde os crimes de violências contra as mulheres crescem a cada ano. Para a definição das dinâmicas que envolvem as plataformas digitais e outros elementos do ciberespaço, bem como as estratégias de subversão da misoginia que o estruturam, dialogamos com autores como Recuero (2009), Martino (2015), Natansohn (2022, 2013), Fuchs (2015), Lemos (2021), Castells (2001) e Poell; Nieborg; Van Dijck (2020).

**Palavras-chave:** violência contra as mulheres; mídias sociais; jornalismo feminista; territorialidades; redes de apoio.

### INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher é um problema social que cresce a cada ano no Brasil e no Espírito Santo, conforme mostram os dados oficiais de Segurança Pública (FÓRUM BRASILEIRO, 2024; SESP, 2024). Nas mídias sociais, a visibilidade dada a esses crimes oscila entre narrativas que revitimizam e que acolhem as vítimas, a depender, fundamentalmente, das interações entre a instituição que deflagra a denúncia, o veículo que a noticia e as redes sociais que a repercutem. Essa variação reflete a complexidade do ciberespaço, cada vez mais plataformizado (POELL; NIEBORG; VAN DIJCK, 2020 e LEMOS, 2021). Dialogando com Recuero (2009), Martino (2015), Fuchs (2015) e Castells (2001), mostramos que a misoginia que estrutura a sociedade capitalista (FEDERICI, 2023) também é estrutural nas plataformas digitais, mas que, apesar disso, diversas apropriações feitas por movimentos sociais de cunho feministas e antirracista, têm produzido reterritorializações às mulheres e dado visibilidade às

<sup>1</sup> Mestranda em Comunicação e Territorialidades pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; [fernanda.couzemenco@gmail.com](mailto:fernanda.couzemenco@gmail.com);

<sup>2</sup> Professora Orientadora: Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea (UFBA); Professora do Programa de Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES; [daniela.zanetti@gmail.com](mailto:daniela.zanetti@gmail.com);

suas principais pautas de luta (NATANSOHN, 2022, 2013), entre as quais, o enfrentamento às violências de gênero, que afetam sobremaneira as mulheres negras e de periferia (CNJ, 2022).

Esta pesquisa tem como objeto a denúncia de uma violência institucional produzida por um Promotor de Justiça contra uma mulher negra da periferia de Vitória/ES, Alessandra de Souza Silva, durante audiência judicial sobre pensão alimentícia, que foi amplamente noticiada em âmbito estadual e nacional. A título desta pesquisa, o objeto será denominado “Caso Aquieta o facho”, valendo-se da expressão utilizada pelo Promotor, quando ele diz para a mulher “aquietar o facho” e voltar a viver com o ex-marido, por ambos terem cinco filhas em comum, ignorando os mais de vinte anos de violências cometidas por ele. A expressão também consta nos títulos da quase totalidade das reportagens jornalísticas e nas postagens em mídias sociais.

A metodologia utilizada é o estudo de caso e o objetivo geral é compreender como se dá a construção de ciberterritórios seguros para as denúncias de violências contra as mulheres, por meio da atuação das redes de apoio das mulheres junto ao jornalismo feminista, na busca pela visibilidade qualificada dos relatos das vítimas. Os objetivos específicos são: 1) Discutir as principais violências às quais as mulheres estão expostas no ciberterritório; 2) Descrever quais interseccionalidades tornam as mulheres de territórios periféricos mais vulneráveis à violência institucional (revitimização); 3) Discriminar os principais diferenciais editoriais que das mídias digitais feministas em relação ao jornalismo convencional; 4) Compreender o percurso percorrido pela vítima e sua rede de apoio até fazer chegar a denúncia aos jornais.

## “AQUIETAR O FACHO”?

A denúncia levada à imprensa pelo programa de Extensão e Pesquisa da UFES Fordan: cultura no enfrentamento às violências (Fordan/UFES), por meio de um documento assinado por seu Núcleo Jurídico. A relação entre o Fordan/UFES e Alessandra é anterior ao caso, tendo iniciado logo que ela decidiu romper o ciclo de violências que vivia com o ex-marido, há alguns anos. Desde então, o programa passou a ser um elo fundamental da sua rede de apoio, com atendimento nas áreas de Saúde, Psi, Jurídica e Educação, acompanhando-as nas principais etapas de sua trajetória em busca de proteção e autonomia (COUZEMENCO, 2023).

O primeiro jornal a noticiar a denúncia foi o capixaba Século Diário, no dia três de junho de 2024. Dois dias depois, foi publicado pela coluna da jornalista Cris Fibe na seção *Universa*, do portal UOL, em seu site e perfis no Instagram, Twitter e YouTube. No mesmo dia, começou

a ser repercutida em jornais de âmbito estadual e nacional, como O Globo, Correio Brasiliense, G1, CBN, Terra, Marie Claire, TV Gazeta e Rádio Band News.

Optamos por definir três elementos como *corpus*: o áudio gravado durante a audiência judicial; dois vídeos publicados sobre o caso pela jornalista Cris Fibe no Instagram, ambos em conjunto com a Universa, o UOL e o UOL Notícias; bem como os comentários postados pelos internautas. A cobertura do UOL foi escolhida por ter sido esse o primeiro jornal a noticiar o caso em âmbito nacional. A escolha das postagens no Instagram decorre do maior número de comentários feitos nessa plataforma, em comparação à homepage, Twitter e YouTube.

O Grupo UOL se define, em texto autorreferente, como “a maior empresa brasileira de conteúdo, tecnologia, serviços e meios de pagamentos”, cuja homepage, lançada em 1996, “recebe mais de 114 milhões de visitantes únicos por mês”, atualmente<sup>3</sup>. Já a Universa é uma seção do portal inaugurada no dia 8 de março de 2018, “em substituição ao UOL Estilo” (DE CARVALHO NORONHA, 2020, p. 218). Hoje conta com seis colunas, sendo uma delas assinada por Cris Fibe. Notabilizada pelo livro *João de Deus – o abuso da fé*, lançado em novembro de 2021, Cris Fibe se define, em seu Instagram, como “jornalista, escritora e roteirista<sup>4</sup>”. Em seu perfil no LinkedIn, ela destaca passagens pelas redações da Folha de S.Paulo, onde atuou como correspondente em New York, e em O Globo, como editora adjunta.

Utilizando o método de análise de discurso, a pesquisa empírica irá analisar o conteúdo do áudio do Promotor de Justiça, dos dois vídeos da jornalista e dos comentários sobre ambos, sendo 1.492 comentários no primeiro e 556 no segundo, até o dia 17 de outubro de 2024.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa avaliação preliminar da repercussão em relação ao primeiro vídeo, foi observado que a maioria absoluta dos comentários foram favoráveis à mulher agredida. Os poucos internautas que se manifestaram favoráveis ao promotor, aproximadamente três, receberam dezenas de comentários repudiando seu comportamento. Após as análises dos materiais, iremos trazer contribuições de autores estudam o jornalismo feminista e as relações entre as mídias sociais e o jornalismo e entre ambos e a esfera pública.

A importância das redes de apoio de mulheres em situação de violência para o encaminhamento de denúncias à imprensa também tende a ser considerada, levando em conta

<sup>3</sup> <https://sobreuol.noticias.uol.com.br/historia/>

<sup>4</sup> <https://www.linkedin.com/in/cristina-fibe/?originalSubdomain=br>

as pistas, apontadas pelo objeto desta pesquisa, de que coberturas jornalísticas aprofundadas sobre casos de violência contra as mulheres são favorecidas quando as denúncias chegam aos veículos por meio de documentação que sinalize segurança jurídica para sua divulgação, evitando futuros danos, decorrentes de eventuais processos por parte dos denunciados.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Avaliação sobre a aplicação das Medidas Protetivas de Urgência da Lei Maria da Penha**. Disponível em < <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/08/relatorio-avaliacao-medidas-protetivas-lei-maria-da-penha-23082022.pdf> > Acesso em 30.mai.2024

COUZEMENCO, Fernanda. 'Hoje eu sou independente, graças a Deus!'. In: **Século Diário**. 11 nov.2023. Disponível em < <https://www.seculodiario.com.br/direitos/hoje-em-dia-eu-sou-independente-gracas-a-deus/> > Acesso em 17 out.2024

DE CARVALHO NORONHA, Elizângela C. Para que universo fala *Universa*? Um Olhar discursivo sobre o contrato de leitura na plataforma feminina do UOL. **Media, informação e literacia: rumos e perspectivas**, v. 5, p. 217, 2020.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e a acumulação primitiva** / tradução coletivo Sycorax – 2. ed. – São Paulo: Elefante, 2023. 480 p.: il., color

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2024. Disponível em: < <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253> >. Acesso em 30 jul.2024.

FUCHS, Christian. Mídias sociais e a esfera pública. In: **Revista Contracampo**, v. 34, n. 3, ed. dez/2015-mar/2016. Niterói: Contracampo, 2015. Págs: 5-80.

LEMOS, André. Dataficação da vida. *Civitas, Rev. Ciênc. Soc.* 21 (2), 2021.

MARTINO, Luís M. Sá. **Teorias das mídias digitais**. 2ª ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2015.

NATANSOHN, Graciela; MORALES, Susana; DA SILVA FERREIRA, Sergio Rodrigo. Colonialismo de dados e apropriação das tecnologias digitais: articulações e propostas a partir de uma perspectiva feminista. **Revista Fronteiras**, v. 24, n. 3, 2022.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Revista Fronteiras**, v. 22, n. 1, 2020.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SESP – SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA, IJSN – INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Anuário Estadual de Segurança Pública 2023. Vitória, 2023. Disponível em < <https://ijsn.es.gov.br/publicacoes/relatorios/Anuario-Estadual-da-Seguranca-Publica-2> > Acesso em 02.jun.2024